



Senado deve votar projeto que destina recursos para saúde

Primeira proposta da pauta estabelece que dinheiro arrecadado com quatro tipos de impostos incidentes sobre cigarro e remédios se destinará ao Fundo Nacional de Saúde

O Senado pode votar hoje projeto que destina ao Fundo Nacional de Saúde o dinheiro arrecadado com impostos sobre medicamentos e derivados de tabaco. A sessão está marcada para as 11h. De acordo com o projeto, ficaria vinculada ao fundo a arrecadação de quatro tributos: Imposto de Importação, Imposto de Exportação, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre a Renda

de Pessoas Jurídicas.

Outro projeto que está na pauta extingue a pena de prisão disciplinar para policiais e bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal. O relator na Comissão de Constituição e Justiça, Acir Gurgacz, entende que a penalidade desrespeita o processo legal e o direito de liberdade de locomoção. A proposta também prevê a criação de códigos de ética para as corporações. **3**

Texto cria política de atendimento a diabético **6**

Bolsa de estudo pode ser estendida em caso de parto **2**

Proposta permite não ir à aula por razões religiosas **2**



Jonas Pereira/Agência Senado

Ao lado de Temer, Eunício participa de solenidade no Palácio do Planalto

Para Eunício, reforma não deve mexer na previdência rural

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que a aposentadoria do homem do campo deve ser mantida e que a reforma da Previdência que tramita na Câmara tem que priorizar questões como idade mínima e o fim de privilégios.

O senador também voltou a defender a votação em Plenário do projeto que legaliza

os jogos de azar. A proposta, segundo ele, deve ser analisada com profundidade e olhar rígido. Para Eunício, os recursos arrecadados com jogos devem ser destinados à saúde e à segurança pública.

Está prevista para hoje uma reunião com líderes para selecionar projetos de segurança e estímulo à economia para serem votados. **7**



Marcelo Pimenta/A. Pimenta

Ocupação urbana inadequada eleva risco de alagamento nas cidades

Chegada do verão aumenta risco de doenças e desastres

Falta pouco mais de um mês para o início do verão, a estação mais quente e também de muitas chuvas. O fenômeno eleva os riscos

de desastres naturais e de propagação de epidemias como a dengue, doença transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*. **4 e 5**

Proposta prevê readmissão de quem aderiu a PDVs do governo

Projeto em análise na Comissão de Constituição e Justiça autoriza a recontração de ex-funcionários de empresas estatais que tenham aderido a planos de demissão voluntária entre janeiro de 1995 e dezembro de 2002. Desempregados deverão ter prioridade. **6**

Relatório mostra crescimento vagaroso da economia

Relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI) aponta crescimento lento da economia brasileira. Segundo a análise, estados estão reduzindo investimentos para tentar equilibrar as contas públicas, mas o governo federal prevê aumento de despesas em 2018. **2**

Mudança climática se combate com lei, diz encontro

Em encontro da União Interparlamentar, a secretária-geral da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, Patricia Espinosa, reforçou a importância das legislações nacionais para o Acordo do Clima. Para ela, só há cumprimento de metas se houver leis que as viabilizem.

Presente ao encontro, Jorge Viana, confirmou o interesse em levar o tema ambiental para a pauta do Congresso. **8**



Paula Góes/Relatório Senado

Jorge Viana (D), Vanessa Grazziotin (3ª à dir.) e Lídice da Mata em Bonn, Alemanha

Para general, militares devem proteger Amazônia

Sem a tensão de grandes conflitos internacionais, a defesa do país deve voltar as atenções para a proteção do meio ambiente, principalmente da Amazônia, e dos povos indígenas. A avaliação é do general de brigada José Eustáquio Guimarães, que participou de debate ontem

na Comissão de Relações Exteriores. Para ele, uma inadequada abordagem desses temas pode evoluir para crises internacionais. Os especialistas também discutiram sobre o uso de tecnologias na indústria bélica e sobre a paz mundial. **7**



Roque de Sá/Agência Senado

A audiência pública sobre a ordem internacional e o Brasil foi presidida pelo senador Antonio Anastasia (2º à esq.)

Relatório aponta lento crescimento da economia

Avaliação da Instituição Fiscal Independente afirma ainda que os estados estão reduzindo investimentos para equilibrar as contas, já o governo federal prevê aumento de despesas não obrigatórias em 2018

A ECONOMIA BRASILEIRA apresenta crescimento lento. Os estados reduzem investimentos para tentar melhorar o resultado das contas. O Orçamento de 2018 eleva despesas e provoca aumento do déficit. Essas são algumas das conclusões do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), publicado ontem pela Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado.

O produto interno bruto (PIB) cresceu 1% no primeiro trimestre e 0,2% nos três meses seguintes. De acordo com a décima edição do RAF, os números são “indícios iniciais de recuperação lenta após longo ciclo recessivo”. As primeiras informações sobre o último trimestre “são positivas e reforçam a perspectiva de melhora da atividade”, segundo o IFI.

— Não é uma recuperação retumbante. Mas o nosso cenário de crescimento de 0,7% para o PIB neste ano vai se mostrando cada vez mais provável. Para o ano que vem, o crescimento projetado pela IFI é de 2,3% — afirmou o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto.

O relatório destaca ainda a desaceleração do desempre-



Imprensa Volksvagen

Retomada chega acompanhada da desaceleração do desemprego

go. Após alcançar -3,5% entre janeiro e junho, a retração caminha próxima de -2,5% a partir de julho. O IFI projeta uma inflação de 4,3% em 2018.

Estados

O documento destaca ainda o esforço fiscal dos governos estaduais, cujo resultado primário “vem apresentando um esboço de recuperação”. Mas, segundo o RAF, o ajuste “penaliza os investimentos”, que chegaram ao “menor patamar da década”.

As estimativas sugerem que os investimentos públicos estaduais caíram pela metade: de

R\$ 57,8 bilhões em 2014 para R\$ 28,7 bilhões acumulados em doze meses até junho de 2017.

O RAF destaca que o Orçamento de 2018 pode elevar as receitas líquidas em R\$ 14,5 bilhões, mas permite o aumento das despesas primárias em R\$ 44,5 bilhões. A maior parte desse aumento é nas chamadas despesas discricionárias, não obrigatórias. Os investimentos avançaram R\$ 23,9 bilhões, e os gastos com custeio subiram R\$ 23,7 bilhões. A previsão da meta de déficit primário foi majorada em R\$ 30 bilhões, chegando a R\$ 159 bilhões.

Mães podem ter prorrogação de bolsa de estudos

Projeto que permite a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo nos casos de maternidade ou de adoção está em pauta no Senado. Da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), a proposta foi aprovada na Comissão de Educação (CE) em setembro e, se aprovada pelo Plenário, vai a sanção presidencial.

O PLC 62/2017 possibilita a ampliação de prazo a bolsas de estudo ou pesquisa, concedidas por agências de fomento, que tenham duração mínima de 12 meses. A validade poderá ser estendida por até 120 dias. O benefício poderá ser dado depois de comprovado

o afastamento temporário da bolsista em virtude de parto, bem como de quem se afastará por adoção ou obtenção de guarda judicial para adoção.

A proposta veda a suspensão do pagamento da bolsa durante o afastamento e impede a concessão do benefício a mais de um bolsista quando for o mesmo processo de adoção. Em caso de morte da pessoa beneficiada, o cônjuge que também seja bolsista poderá usufruir do tempo restante da prorrogação concedida, exceto se houver falecimento do filho ou a desistência da adoção.

Para a relatora na CE, Marta Suplicy (PMDB-SP), o projeto

é uma forma de dar mais segurança aos bolsistas. Para a senadora, a proposta é uma “forma de aumentar a eficiência do sistema de bolsas, evitando o eventual desperdício causado pelo fato de bolsistas poderem vir a ser obrigados a abandonar cursos ou projetos de pesquisa antes da conclusão e depois de terem sido objeto de significativos investimentos de recursos públicos e de esforços pessoais”.

Normas internas

As principais agências de fomento a estudos e pesquisas no Brasil são o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e as fundações de amparo à pesquisa.

As regras beneficiam estudantes com bolsas de períodos menores e de agências de fomento estaduais. A Capes e o CNPq já possuem normas de prorrogação a bolsistas de mestrado e doutorado.

A novidade, nesse caso, é o reforço legal e a extensão para adoção.



Projeto beneficia mulheres que tiverem filho durante bolsa de estudo

Projeto garante direito de faltar à aula por motivo religioso

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa projeto de lei que autoriza faltas escolares por questões religiosas. O PLC 130/2009 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para garantir aos estudantes o direito de não comparecer à aula ou prova marcada para dias em que sua religião proíbe a realização de atividades.

Conforme o projeto, que já passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e está pronto para votação na CE, a escola deve oferecer outra possibilidade para o aluno ser avaliado e ter a falta compensada, seja por meio de reposição de aulas, segunda chamada de provas ou outras providências.

Essa possibilidade deverá ser aberta aos alunos de qualquer nível de ensino, matriculados em escola pública ou privada. O pedido de ausência terá de ser encaminhado previamente por requerimento fundamentado.

Relatório

O relator na CE, Pedro Chaves (PSC-MS), fez algumas mudanças no texto aprovado pela CCJ, após uma audiência em que ouviu representantes das escolas particulares, pais e religiosos. Ele retirou trecho que equiparava as faltas por motivo religioso às demais ausências do aluno no período letivo, não podendo, portanto, ultrapassar

o limite previsto na LDB de 25% do total da carga horária curricular.

No texto substitutivo ao projeto da Câmara dos Deputados, o relator diz: “De nossa parte, concordamos com os argumentos apresentados na audiência pública, no sentido de que a manutenção dessa cláusula seria proibitiva à liberdade de credo e, por conseguinte, inviabilizaria o direito à educação”.

Chaves também aumentou para dois anos o prazo para as escolas e outras instituições de ensino se adaptarem à nova norma. A versão aprovada pela CCJ determinava que as novas regras valeriam 60 dias depois da vigência da lei.

“A lacuna no ordenamento potencializa a ocorrência de prejuízos àqueles que, fiados na Constituição, têm procurado, simultaneamente, guardar suas crenças e exercer direitos da cidadania na condição de membros da minoria da população”, argumentou o senador no relatório.

A proposta terá decisão terminativa na Comissão de Educação. Com isso, se for aprovada com mudanças em relação ao projeto original, retornará para a Câmara dos Deputados.

A votação no Plenário do Senado somente será necessária se houver recurso com esse objetivo.



Pedro Chaves/Agência Senado - 31/10/2017

Relator, Pedro Chaves alterou projeto após sugestões em audiência

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h Entre as propostas em pauta, o PLS 147/2017, que destina ao Fundo Nacional de Saúde os impostos sobre medicamentos e derivados de tabaco.

CE Educação indígena

11h30 Pauta com 12 itens. Entre eles, o PLS 737/2015, que cria territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da educação indígena.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Plenário pode votar hoje recursos para saúde

Reunião está marcada para as 11h e o primeiro projeto da pauta destina ao Fundo Nacional de Saúde impostos pagos por fabricantes de medicamentos e de cigarros

MESMO COM O feriado nacional amanhã, o Senado mantém na agenda de votações em Plenário uma série de projetos, entre eles o que destina ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) o dinheiro arrecadado com impostos sobre medicamentos e derivados de tabaco. A sessão está marcada para hoje às 11h.

De acordo com o PLS 147/2015, ficaria vinculada ao FNS a arrecadação de quatro tributos: Imposto de Importação, Imposto de Exportação, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre a Renda de Pessoas Jurídicas. Os recursos cobririam os gastos com ações e serviços públicos de saúde.



Marcos Oliveira/Agência Senado - 7/11/2017

Plenário do Senado pode votar também hoje proposta que acaba com a pena de prisão disciplinar para policiais e bombeiros militares estaduais

Medicamentos

Os senadores podem votar ainda projeto que prevê a venda fracionada de medicamentos veterinários em clínicas e pet shops, efetuada sob responsabilidade de profissional habilitado (PLC 59/2017). As frações individualizadas teriam que ser vendidas sem o rompimento da embalagem original, que deve conter os dados de identificação.

O texto original prevê ainda que fabricantes destinem 60% da produção a embalagens para venda fracionada. Mas a relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Lídice

da Mata (PSB-BA), rejeitou esse ponto por considerá-lo uma “intervenção econômica inoportuna”.

Advogado

O Plenário pode votar ainda dois projetos que prestam homenagem ao advogado Luiz Gonzaga Pinto da Gama, um dos maiores líderes abolicionistas do Brasil. O PLC 220/2015 inscreve o nome dele no *Livro dos Heróis da Pátria*. Já o PLC 221/2015 concede ao advogado o título de Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil.

Luiz Gama nasceu em Salvador em 1830. Filho de um fidalgo de origem portuguesa e de uma escrava liberta, ele foi vendido pelo próprio pai aos 10 anos. Alforriado sete anos mais tarde, tentou cursar direito em São Paulo. Mas, por ser negro, enfrentou a hostilidade de professores e alunos.

Ele não concluiu o curso, mas adquiriu conhecimento jurídico e participou de julgamentos que resultaram na libertação de mais de 500 negros. Morreu em 1882, seis anos antes da promulgação da Lei Áurea.

O relator das duas propostas na Comissão de Educação e Cultura foi o senador Paulo Paim (PT-RS).

Policiais

Outro projeto na pauta é o PLC 148/2015, que extingue a pena de prisão disciplinar para policiais e bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal. O relator na Comissão de Constituição e Justiça, Acir Gurgacz (PDT-RO), entende que a penalidade desrespeita “o devido processo legal e o direito de liberdade de locomoção”.

A proposta também prevê a criação de códigos de ética para as corporações, por meio de lei estadual ou distrital. Esses códigos, no entanto, não devem ser redigidos segundo o Regulamento Disciplinar do Exército, como ocorre desde 1969, e sim, seguir princípios como dignidade da pessoa humana, legalidade, presunção de inocência, devido processo legal, contraditório, ampla defesa e vedação da prisão disciplinar. Os estados e o Distrito Federal teriam 12 meses para regulamentar a futura lei.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Muniz ressalta importância das políticas públicas sociais

Roberto Muniz (PP-BA) ponderou que as políticas públicas são essenciais para manter as conquistas sociais e disse que, quando bem estruturadas, servem de roteiro para os governantes. Mas ele questionou se o poder público é capaz de políticas de qualidade sem entender o quadro social. Para Muniz, se bem estruturada, a política pública dá garantias de efetividade da ação governamental.

— Acaba definitivamente de que um governo, quando entra, destrói os programas e as políticas deixadas pelo governo passado.

Reguffe ataca aumento de planos de saúde para idosos

Reguffe (sem partido-DF) criticou ontem o projeto em análise na Câmara que libera as operadoras de plano de saúde a aumentarem seus preços quando os usuários completam 60 anos, reajuste proibido atualmente.

Para o senador, a proposta é inaceitável e fere as normas do Estatuto do Idoso, mas a Agência Nacional de Saúde Suplementar lava as mãos e não atua em favor da sociedade.

— Os planos de saúde já têm juros absurdos e agora mais uma vez um projeto aqui visando atender as operadoras.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Wellington comemora acordo para saúde em MT

Wellington Fagundes (PR-MT) elogiou ontem acordo firmado com o governo de Mato Grosso: uma emenda da bancada federal do estado, no valor de R\$ 156 milhões, a ser usado na compra de equipamentos, será destinada ao custeio e ao pagamento de dívidas do governo mato-grossense na área da saúde.

O senador destacou também o lançamento, pelo governo federal, do Programa Cartão Reforma, para a população de baixa renda.

—Creio ser fundamental, principalmente neste momento em que temos muito desemprego.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Raupp: defesa da família não é bandeira de “fanáticos”

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou ontem ser preciso defender a família e acabar com a falsa impressão de que os que comungam dessa tese são “conservadores, autoritários ou fanáticos religiosos”.

— Querem uma evidência clara da importância da família? Observe o efeito que a ausência da família provoca nos indivíduos e na sociedade. Uma pessoa sem família fica sem perspectiva. Fica sem rumo — afirmou, ressaltando que o vínculo familiar foi um dos fatores primordiais para o sucesso da espécie humana.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cristovam diz que licença vai permitir tentar candidatura

Cristovam Buarque (PPS-DF) explicou ontem a decisão de se afastar do Senado por 120 dias para defender diante do PPS a candidatura dele à Presidência da República. O senador ressaltou que é preciso tempo para convencer os militantes e ouvir a voz do povo, e os quatro meses de licença sem vencimentos coincidem com período de baixa atividade no Senado.

Cristovam, candidato a presidente em 2006, disse que o escolhido pelo PPS deve enfrentar a situação de “desagregação social” e definir um rumo para o futuro do país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Elmano: taxa brasileira de homicídios é “vergonhosa”

Elmano Férrer (PMDB-PI) repercutiu a preocupação do povo com o aumento dos crimes violentos e defendeu firmeza da legislação para enfrentar o problema. Ao citar dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, classificou os índices como estonteantes, lembrando que os mais de 61 mil homicídios em 2016 equivalem às mortes por bomba atômica em Nagasaki.

— Um aumento de 3,8% em relação aos homicídios em 2015. Alcançamos a vergonhosa taxa de quase 30 assassinatos por cem mil habitantes por ano.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aplicativos monitoram o clima

Um aplicativo que permite informação em tempo real sobre chuvas também deve ajudar a população a se prevenir nos casos de eventos extremos. Denominada de SOS Chuva, a ferramenta foi desenvolvida pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/Inpe), sob a coordenação do pesquisador Luiz Augusto Machado.

Disponível gratuitamente na PlayStore e Apple Store, o aplicativo foi desenvolvido a partir das imagens fornecidas por um satélite geostacionário que cobre a América do Sul. Por enquanto, apenas os relatos de chuvas podem ser visualizados em todo o Brasil.

Machado explica que a ferramenta não faz previsão: informa onde estão acontecendo

as precipitações, para que os cidadãos evitem se protejam.

— Quando há acesso a informações de quando, onde e quanto vai chover em determinado lugar, a população evita uma série de acidentes em decorrência de quedas de árvores, deslizamentos de terra, raios ou inundações.

Outro instrumento, desenvolvido pelo Inpe, sob a coordenação do pesquisador Antonio Donato Nobre, é a Hand (sigla em inglês para “altura acima da drenagem mais próxima”). A ferramenta trabalha com um algoritmo que determina a que distância vertical a água subterrânea está da superfície e, por conseguinte, as possibilidades de que a água carreada por chuvas ou outras fontes sejam absorvidas. Por meio desse

instrumento, identificam-se áreas com risco de enchentes, deslizamentos de terra e outros desastres naturais.

— Trata-se de um modelo digital com variadas aplicações, sendo uma das mais importantes o mapeamento avançado e generalizado de áreas de risco e vulnerabilidade a cheias e outros desastres naturais — explica Nobre.

O modelo foi integrado ao Google Earth, livre para qualquer usuário da internet, o que permite a todos os órgãos da Defesa Civil, em qualquer parte do Brasil, acesso rápido às informações, com possibilidade de planejamento de operações de retirada de pessoas de áreas de risco e prevenção de desastres, especialmente os deslizamentos de terra.

Proximidade do verão aciona alerta para desastres naturais

Chuvas intensas, associadas à ocupação inadequada do solo, aumentam os riscos de deslizamentos e inundações, como os ocorridos na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011

Aline Guedes

FALTA POUCO MAIS de mês para o início do verão, que vai de 21 de dezembro a 20 de março. Caracterizada por dias mais longos e quentes, a estação é associada às férias. Em contrapartida, é época de muitas chuvas devido ao aumento do calor no Brasil. Esse fenômeno eleva os riscos de desastres naturais e a propagação de epidemias como a dengue, doença transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*.

O Observatório dos Desastres Naturais, da Confederação Nacional de Municípios (CNM), aponta que, nos últimos dez anos, os desastres naturais geraram 20.347 decretações de anormalidade. Já os casos de dengue chegaram a 802.249 somente em 2016, de acordo com o Ministério da Saúde.

Representante do Movimento por Aluguel Social e Moradia em Petrópolis (RJ), Claudia Ramos sabe bem o que é passar por chuvas intensas e vendavais. Ela lembrou o temporal de quatro horas que devastou a Região Serrana do estado na madrugada de 12 de janeiro de 2011. O desastre, que deixou mais de 900 pessoas mortas e 35 mil desabrigadas, foi a segunda maior tragédia desse tipo no país, depois da tromba d'água que caiu sobre a Serra das Araras, em 1967, deixando cerca de 1.700 mortos.

— Em questão de segundos, a enxurrada levou tudo. As pessoas tiveram que deixar suas

casas por volta da meia-noite para conseguirem se salvar.

Claudia é agente de endemias da Vigilância Ambiental de Petrópolis. Ela se queixa da falta de fiscalização, da burocracia no acesso a programas sociais pós-tragédias e das mudanças de planos sempre que há troca de governo. Fatos que, segundo ela, só aumentam a apreensão da população.

Preparação

Os órgãos de defesa civil e de saúde já estão anunciando as ações para enfrentar os problemas característicos do verão. Seminário realizado em 7 de novembro no Ministério das Cidades, em Brasília, reuniu informações para a elaboração e implementação de planos de expansão urbana e medidas de gestão do solo urbano, com o objetivo de aumentar o controle de enxurradas e deslizamentos nos períodos críticos. No seminário, foram apresentados seis manuais elaborados ao longo de quatro anos de cooperação internacional e as perspectivas de parcerias para a melhoria das atividades de gestão de riscos e desastres no país.

As características geográficas do Brasil contribuem para a ocorrência de desastres, como explicou o consultor do Senado Joaquim Maia Neto, mas é a ocupação inadequada do solo que, segundo ele, aumenta a vulnerabilidade da população.

— A maior parte das pessoas afetadas vive em regiões muito populosas, como o Sudeste. Lógico que o fator climático interfere, mas são as ações negativas causadas pelo próprio



Igreja atingida por lama em Teresópolis, uma das cidades fluminenses que sofreram com deslizamentos em janeiro de 2011

ser humano que potencializam esses desastres, tornando seus resultados ainda mais alarmantes — ponderou o consultor.

O último Anuário Brasileiro de Desastres Naturais publicado traz dados de 2013. Elaborado pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), o anuário registrou 493 destrastes naturais e 183 mortes. As ocorrências que mais mataram foram deslizamentos, enxurradas, inundações e chuvas intensas.

Maia Neto considerou a sistematização dos dados importante para a adequada compreensão não só desses eventos, mas para a construção de cenários futuros e o planejamento necessário à proteção dos brasileiros vulneráveis a fenômenos meteorológicos.

— Esses números deveriam ser atualizados ano a ano e não são por diversos fatores, inclusive políticos, quando há

troca de mandatos, por exemplo. Mas qualquer ferramenta de prevenção, adaptação e até recuperação só se consegue realizar por meio de dados confiáveis e, por isso, eles são tão importantes — enfatiza.

Defesa civil

A Defesa Civil é responsável por coordenar o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Em articulação com os governos locais e a população, são desencadeadas ações preventivas e de resposta aos desastres, seguindo o princípio da defesa comunitária. Segundo o Ministério das Cidades, R\$ 277 milhões foram destinados a essa política no biênio 2013-2014.

As ações de alerta e monitoramento são feitas pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Em 2016, o órgão realizou 2.071 reconhecimentos de situação

de emergência ou estado de calamidade pública, em 1.449 municípios brasileiros. Esse reconhecimento autoriza benefícios especiais temporários, a exemplo da liberação do FGTS aos afetados.

O centro tem uma estrutura adaptada com salas de gestão de crises, monitoramento e operações, que atuam 24 horas por dia, inclusive nos fins de semana e feriados, além de equipe técnica composta por analistas de sistemas, engenheiros, geólogos, meteorologistas, químicos, assistentes sociais e estatísticos. Cabe ao centro consolidar as informações sobre riscos no país, os dados relativos à ocorrência de desastres naturais e tecnológicos e os danos associados. A partir das informações recebidas e trabalhadas no centro, é possível dimensionar o apoio federal nas ações de resposta nos cenários de desastres.

	Óbitos	Feridos	Enfermos	Desabrigados	Desalojados	Desaparecidos	Outros	Afetados
Alagamentos	4	279	4.306	44.330	46.260	0	180.641	277.820
Chuvas intensas	30	468	3.607	25.585	103.278	5	1.604.303	1.757.668
Deslizamentos	41	133	88	6.721	6.843	0	219.530	233.356
Enxurradas	38	787	2.324	17.266	118.074	92	778.694	931.608
Erosão	1	86	466	2.826	3.964	0	343.906	351.249
Estiagem	9	5.020	68.047	2.040	10.009	2	11.194.527	11.953.305
Geadas	0	0	0	0	0	0	0	0
Granizo	1	95	8	5.551	9.967	0	160.315	176.936
Incêndios florestais	0	0	139	113	145	0	2.970	3.367
Inundações	36	1.461	13.283	59.023	208.274	6	1.083.402	1.389.454
Vendaval	4	166	33	4.553	6.552	0	107.432	123.735
Outros	19	78	67.395	7.601	1.039	0	1.282.603	1.358.735
TOTAL	183	8.573	159.696	175.609	514.405	105	16.958.323	18.557.233



Alagamento

Alagamento é a extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em áreas rebaixadas, atingindo ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas. A ocorrência dos alagamentos está diretamente relacionada aos sistemas de drenagem urbanos. De modo geral, a urbanização promove a canalização dos rios e as galerias acabam por receber toda a água do escoamento superficial.



Enxurrada

As enxurradas são escoamentos superficiais concentrados e com alta energia de transporte, que podem ou não estar associados ao domínio fluvial. São provocadas por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Apresentam grande potencial destrutivo.

Quando a chuva traz perdas e danos

Principais tipos de desastres que afetam o território brasileiro, principalmente durante o verão



Inundação

É a submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas na bacia hidrográfica. De acordo com dados históricos apresentados no Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, as ocorrências de inundações são predominantes nas Regiões Sudeste, Nordeste e Sul.



Em 2015, chuvas fortes provocaram alagamentos e transtornos em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul

Projeto amplia alcance do cartão de auxílio às vítimas de desastres

Quando não há prevenção ou ela falha, resta a prestação de ajuda às vítimas. Projeto de Sérgio Petecão (PSD-AC) modifica o Cartão de Pagamento de Defesa Civil, ampliando seu alcance para famílias atingidas por desastres naturais. O PLS 102/2015 destina um valor que poderá ser usado para aquisição de material de construção, alimentos e outros itens de primeira necessidade para quem perde tudo com a chuva.

Atualmente, o recurso é liberado pelo Ministério da Integração Nacional para servidores ou empregados públicos desenvolverem ações de defesa civil, de assistência às vítimas e de restabelecimento de serviços essenciais. Petecão argumenta que o auxílio financeiro por meio do cartão tornará mais eficiente o atendimento a vítimas, sem a



Projeto de Sérgio Petecão está na Comissão de Assuntos Econômicos

necessidade de intermediação de servidores ou empregados públicos.

— É o cidadão que foi atingido pelo desastre que sabe do que precisa, se é um remédio ou um alimento, por exemplo. Portanto, é essa pessoa quem deve administrar o recurso — disse o senador.

O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), é favorável ao texto, que aguarda para ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Aviso de risco pode ser recebido por celular

O Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad) envia informações por e-mail para as defesas civis estaduais e municipais quando ocorrem alertas encaminhados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Também envia alertas via mensagem de texto para a população em áreas de risco.

Para recebê-los, o usuário deve responder para o número 40199 com o CEP de seu interesse. Ao fim do cadastro, o

cidadão é informado que o celular está apto a receber alertas de inundações, alagamentos, temporais e perigo de deslizamentos de terra.

Essa estratégia de advertência de desastres naturais começou a ser utilizada no Japão em 2007. Atualmente, mais de 20 países, entre eles Canadá, Chile, Bélgica e Filipinas, contam com serviços semelhantes.

Desde outubro, os moradores do Paraná e de Santa Catarina já podem cadastrar linhas móveis para receber essas mensagens. Até

o final deste mês, o serviço começará a ser oferecido em São Paulo.

Os moradores do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo poderão cadastrar números móveis no sistema de alertas a partir de 18 de dezembro. Logo depois, em 15 de janeiro de 2018, será a vez de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. Em 19 de fevereiro de 2018, Distrito Federal, Mato Grosso e Tocantins poderão fazer o cadastro. Os demais estados serão inseridos em 19 de março de 2018.

Mosquito está presente em 84% das cidades

A aproximação da temporada de chuvas é o sinal para que o país comece a se preocupar também com a proliferação do *Aedes aegypti*. Atualmente, o vetor que transmite dengue, zika e chikungunha está presente em 4.870 municípios, o que representa mais de 84% das cidades.

Cabe ao Ministério da Saúde orientar o trabalho das prefeituras no combate ao mosquito por meio da Sala Nacional de Coordenação e Controle, que envolve equipes multidisciplinares.

— As doenças endêmicas envolvem diversos fatores. Exemplo é a ocupação desordenada nos centros urbanos, a falta de regularidade no abastecimento de água em muitas cidades, a política de coleta de lixo, o desmatamento e o aquecimento global — explica o Coordenador-geral dos

Programas Nacionais de Controle e Prevenção da Malária e das Doenças Transmitidas pelo *Aedes*, Divino Martins.

Segundo ele, campanhas de estímulo à participação comunitária têm sido desenvolvidas:

— O país vem se preparando de diversas formas, inclusive trabalhando muito a comunicação para elevar o nível de

informação das pessoas. Ao Ministério da Saúde cabe descentralizar os recursos e exigir o cumprimento de metas.

— Os municípios são obrigados a nos informar qual é o índice de distribuição espacial dos mosquitos por meio de três metodologias, que são eficazes para mostrar onde esses mosquitos estão instalados — explica.



Agente busca foco do mosquito em visita a casa no Rio de Janeiro

Saiba mais

Defesa Civil
bit.ly/ProtecaoeDefesaCivil

Desastres
desastres.cnm.org.br

SOS Chuva
soschuva.cptec.inpe.br

Prevenção de enchentes
bit.ly/ComoAgirEnchentes

Veja todas as edições do Especial Cidadania em
www.senado.leg.br/
especialcidadania

Projeto prevê reintegração de desligados por PDVs

Texto em análise na CCJ autoriza o retorno de funcionários de empresas estatais demitidos sem justa causa entre janeiro de 1995 e dezembro de 2002. Desempregados deverão ter prioridade na anistia

EX-EMPREGADOS DE EMPRESAS públicas e sociedades de economia mista ligadas à União que aderiram a programas de demissão voluntária (PDVs) poderão ser reintegrados a seus postos de trabalho, conforme projeto em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O PLS 123/2017 foi apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), por sugestão da Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas (ANPP), e recebeu voto favorável da relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

De acordo com a proposta, a reintegração deverá partir da concessão de anistia a esses trabalhadores, “demitidos com e sem incentivos, sem justa causa e sem acordo coletivo”.

Vanessa apresentou emenda fixando um período para nor-tear a concessão dessa anistia. Assim, poderão solicitar o retorno ao emprego público quem aderiu à dispensa entre 1º de janeiro de 1995 e 31 de dezembro de 2002, prazo que coincide com a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando também foi implementado um plano de demissão voluntária no serviço público federal.

Etapas

Além de contemplar o retorno dos trabalhadores ao setor público, o projeto estabelece o passo a passo para o processo. O ponto de partida será a apresentação de um requerimento pelo interessado 180 dias após a entrada da nova lei em vigor. A princípio, os empregados reintegrados deverão ser lotados nos cargos ocupados anteriormente ou em outros compatíveis com suas atribuições.

Também foi prevista a ordem de prioridade para o reingresso. Em primeiro lugar, será beneficiado quem estiver

desempregado. Na sequência, aqueles com idade superior a 55 anos e quem estiver trabalhando, mas receber remuneração inferior a cinco salários mínimos (R\$ 4.685).

Se, após a reintegração, algum desses trabalhadores for identificado como portador de doença ocupacional, poderá obter aposentadoria por incapacidade.

Ressarcimento

A volta do trabalhador ao cargo público ficará condicionada à devolução dos incentivos recebidos no processo de demissão voluntária, devidamente registrados na rescisão do contrato de trabalho. A pedido do interessado, a devolução desses valores poderá ser parcelada, devendo, cada parcela, ter valor máximo correspondente a 10% da remuneração, provento ou pensão.

A anistia só deverá gerar efeitos financeiros a partir do efetivo retorno do trabalhador à atividade. A proposta proíbe também remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo.

Na avaliação de Vanessa, o projeto pode trazer uma contribuição relevante “no presente estágio da vida brasileira, à pacificação nacional, à empregabilidade e contribuir até mesmo para que empresas

importantes recuperem mão de obra qualificada e experimentada”.

A relatora lembra ainda que os programas de demissão voluntária, vistos em um primeiro momento como atraentes, revelaram-se “danosos” para aqueles que acabaram aderindo à iniciativa.

Ao justificar a sugestão apresentada, a ANPP chamou a atenção para uma “estabilidade atípica” conferida aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista. Embora essa relação empregatícia se submeta à CLT, a exigência de ingresso nesses cargos por concurso público e de cumprimento de regras administrativas específicas não os sujeitaria exatamente ao mesmo regime aplicado ao setor privado.

Anistia

Vanessa observa ainda que o projeto estabelece uma nova hipótese de anistia na legislação brasileira: a anistia de natureza trabalhista, pela qual se autoriza a readmissão do empregado público que pediu demissão dentro dos PDVs oferecidos nos programas de desestatização do governo federal.

Depois de votado na CCJ, se for aprovado, o projeto segue para análise do Plenário do Senado.



Ex-funcionários que aderiram a PDVs poderão ser readmitidos por estatais



Paulo Rocha, relator, e Caiado, autor, na Comissão de Assuntos Sociais

Comissão vai analisar garantia de tratamento para diabéticos

Já está pronto para votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que cria a política de atendimento integral ao diabético por meio do SUS.

O relator do PLS 225/2017, Paulo Rocha (PT-PA), recomendou a aprovação do texto de Ronaldo Caiado (DEM-GO).

O senador cita no relatório dados da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), para quem está em curso no país “uma epidemia da doença”.

Segundo a SBD, no mundo há cerca de 387 milhões de pessoas com a doença, número que deve se aproximar de 500 milhões até 2035. “Cerca de 80% dessas pessoas vivem em nações em desenvolvimento, como o Brasil, onde a epidemia se mostra mais intensa, com uma crescente proporção de jovens entre os afetados”, alerta.

Controle

Paulo Rocha observa no relatório que para a SBD, assim como para Ronaldo Caiado, o bom controle metabólico do diabetes previne o surgimento ou retarda a progressão de complicações crônicas.

Caiado menciona na justificativa do projeto que o diabetes é uma doença de grande prevalência no Brasil, acarretando complicações como amputação de membros, cegueira, AVCs, insuficiência renal e infarto agudo do miocárdio.

O senador cita dados da Federação Internacional de Diabetes, segundo os quais,

14,3 milhões de brasileiros eram diabéticos em 2015 e mais de 247 mil morreram de complicações da doença.

“Infelizmente no Brasil é comum os diabéticos não terem acesso à assistência de forma tempestiva e efetiva pelo SUS, afirma o senador na justificativa.

Integralidade

O projeto assegura ao diabético o direito ao início do tratamento “de forma tempestiva” e com integralidade na assistência.

O governo deverá abrir centros especializados em diabetes pelo país. Além do tratamento, os centros deverão assegurar amplo acesso a medicamentos, insulina e outros insumos.

Caberá ao poder público educar a população sobre a doença, além de definir as competências de cada nível assistencial, visando otimizar os serviços disponíveis em todo o território nacional.

Profissionais envolvidos no atendimento também deverão receber educação permanente.

O texto estabelece a realização de pesquisas relacionadas à doença e o oferecimento de serviços de diagnóstico precoce e prevenção.

A proposta determina um período de transição de 180 dias, a partir da publicação da lei, para que o poder público possa, por meio de planejamento e desenvolvimento de estratégias, efetivar as ações determinadas no âmbito do SUS.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Para Eunício, Previdência rural deverá ser mantida

Presidente do Senado disse que a reforma deve ser enxuta e priorizar questões como idade mínima e fim de privilégios. O senador voltou a defender a votação em Plenário da liberação dos jogos de azar

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, afirmou ontem que na discussão da reforma da Previdência não é aceitável mudar a aposentadoria do homem do campo. Para o senador, a reforma em tramitação na Câmara dos Deputados deve focar outras questões, como o fim de privilégios.

— Precisamos fazer uma reforma enxuta, que tire os privilégios, preserve essa rede de proteção social que a previdência também faz nas suas aposentadorias e institua uma idade mínima. No meu entendimento, essa seria a reforma que o Brasil precisa — disse Eunício, que informou ter conversado com o presidente da República, Michel Temer, sobre o assunto.

Eunício disse que Temer está disposto a fazer uma reforma ministerial. Essa reforma é cobrada por alguns parlamentares como condição para a votação da reforma da Previdência. Segundo Eunício, Temer não especificou uma data, mas pretende fazer as mudanças administrativas ainda neste ano.

Jogos

Eunício afirmou também que não terá problema em pautar o projeto que autoriza a exploração dos jogos de azar em todo o território nacional (PLS 186/2014). A aprovação do texto é uma reivindicação dos governadores para reforçar o caixa dos estados.

— Eu disse aos governadores



Eunício com Temer e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (D)

que não terei nenhuma dificuldade de pautar, até porque a decisão de pautar é minha, mas a decisão de aprovar ou não aprovar é do Plenário do Senado.

Para Eunício, o texto deve ser discutido com profundidade e com um “olhar rígido”, de preferência observando o que já foi feito em países nos quais o jogo é legalizado. Um dos principais pontos que a lei deve prever, na visão do presidente do Senado, é a vinculação dos recursos arrecadados com os jogos a um fundo de segurança pública e à área de saúde.

Ele informou, ainda, que hoje fará uma reunião de líderes para selecionar projetos de interesse da sociedade, especialmente nas áreas de segurança pública e de estímulos à economia.

— Só não vou pautar projeto corporativista. Projetos da interesse da sociedade, vou pautar todos.

Teles

Eunício também garantiu que a tramitação do projeto que altera a Lei Geral de Telecomunicações (PLC 79/2016) seguirá “religiosamente” o Regimento Interno do Senado, passando pelas comissões permanentes da Casa. O texto havia sido aprovado em 2016, em decisão terminativa pela então Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional. O projeto chegou a ser enviado para sanção, mas foi objeto de recurso junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), sob a alegação de que deveria ser analisado pelo Plenário. Por decisão da Corte, o texto retornou para a análise da Casa.

Projeto avalia fiscalização de trânsito como perigosa

Os senadores vão começar a analisar proposta aprovada pela Câmara que inclui as atividades desempenhadas pelos agentes de trânsito entre as consideradas perigosas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Segundo o deputado Décio Lima (PT-SC), autor do PL 447/2015 (numeração na Câmara), os trabalhadores que fazem a fiscalização de trânsito e o controle de tráfego de veículos se submetem a constantes perigos pela exposição em vias públicas ou pelo risco inerente de determinadas operações, como as blitzes.

A proposição acrescenta um inciso ao artigo 193 da CLT, que considera atividades perigosas aquelas que impliquem risco em virtude da exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos, ener-

gia elétrica, roubo e a outras espécies de violência física nas ações profissionais de segurança pessoal e patrimonial.

O novo inciso inclui “colisões, atropelamentos ou outras espécies de acidentes ou violências nas atividades profissionais dos agentes das autoridades de trânsito”.

A CLT garante aos trabalhadores que atuam em condições de periculosidade um adicional de 30% sobre o salário.

Polêmica

O projeto tramita após polêmica envolvendo a categoria profissional. Recentemente, o Congresso aprovou autorização aos agentes de trânsito para o porte de arma de fogo. O PLC 152/2015 foi aprovado pelo Senado em setembro, mas foi vetado na íntegra em 27 de outubro pelo presidente

Michel Temer.

A proposição alterava o Estatuto do Desarmamento para permitir o porte de arma de fogo em serviço por agentes da autoridade de trânsito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que não fossem policiais. Guardas municipais nessa função também teriam o mesmo direito.

O presidente alegou que os órgãos e entidades de trânsito não se enquadram na definição constitucional de força policial *stricto sensu*. Além disso, argumentou que o texto entrava em conflito com os objetivos do próprio Estatuto do Desarmamento, que tem por função restringir o porte de arma de fogo.

Caberá agora aos senadores e deputados, em sessão conjunta do Congresso, decidir se mantém ou não o veto.

País precisa investir em defesa para ter soberania, diz general

Distante dos grandes conflitos internacionais, o Brasil tem a tarefa de proteger o meio ambiente, em especial a Amazônia, e os povos indígenas. Para o diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, general de brigada José Eustáquio Nogueira Guimarães, “a abordagem inadequada desses temas pode evoluir para crises de grande apelo midiático mundial”.

O general, ouvido ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), também afirmou que, por estar afastado em termos geopolíticos, o país tem a vantagem de poder ampliar sua base militar sem preocupar outros países.

— O Brasil não é visto como ameaça. O Atlântico Sul é de pouco interesse estratégico e de baixa conflitividade internacional. A tendência de multipolaridade tende a tornar o mundo mais instável e a crescente evolução do poder econômico exige fortalecimento da capacidade militar do Brasil, a fim de respaldar a tomada de decisão pelo governo brasileiro de forma soberana.

Já Eduardo Marson Ferreira, presidente da Fundação Ezute — organização sem fins lucrativos especializada em soluções em tecnologia e gestão —, disse que a indústria brasileira de defesa se insere em um mundo de extrema

volatilidade, com incerteza e complexidade.

Tecnologias

Quanto à ocorrência de conflitos, Ferreira disse que a América Latina apresenta tendência completamente diferente das diversas regiões do planeta. Em 2016, ressaltou, o mundo gastou US\$ 1,7 trilhão em defesa, com a hegemonia dos EUA — o Brasil respondeu por 1,4% desse montante.

Para Ferreira, a discussão sobre competitividade na indústria bélica deve levar em conta o uso de tecnologias que barateiam o custo do lançamento de satélites e dispensam o uso comercial de bases militares como a de Alcântara, no Maranhão.

O diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Nelson Antônio de Oliveira, destacou que a insegurança atual aponta para um mundo de futuro incerto.

Oliveira ressaltou que a insegurança atinge os países internamente e compromete a paz internacional. Ele observou que a estratégia global de segurança da Europa vai além das fronteiras, visto que o continente é alvo de ações terroristas e atrai um grande fluxo de migrantes.

A audiência faz parte do ciclo de debates sobre a ordem internacional.



Antonio Anastasia (2º à esq.), entre debatedores, comandou o debate

Proposta exige circuito interno de TV em agências bancárias

Os bancos podem ser obrigados a ter circuito interno de TV. É o que prevê projeto pronto para entrar na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

A intenção do autor do PLS 231/2017, Humberto Costa (PT-PE), é coibir os assaltos a agências. Ele resalta o fato de que esses eventos são cada vez mais recorrentes, especialmente no interior. A presença do circuito interno de TV, na visão do senador, pode aumentar a segurança dos funcionários e usuários.

O projeto estabelece que os sistemas observem as recomendações técnicas do Departamento de Polícia Federal e armazenem as imagens por, pelo menos, 30 dias.

O relator, Otto Alencar (PSD-BA), lembra que o avanço tecnológico e o barateamento da eletrônica fizeram com que esses circuitos passassem a ser essenciais em qualquer sistema de segurança que pretenda identificar criminosos. O voto do relator é pela aprovação, com mudanças de redação.

Senadores criticam corte de gastos ambientais

Parlamentares de vários países, incluindo o Brasil, se reúnem nesta semana em Bonn, na Alemanha, durante a 23ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas

O MUNDO NÃO pode mais esperar. As palavras são da secretária-geral da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP-23), Patricia Espinosa, durante encontro na União Interparlamentar, órgão que reúne representantes de parlamentos de vários países. A conferência está sendo realizada em Bonn, na Alemanha até a sexta-feira.

Ela reforçou a importância da legislação de cada país para o Acordo do Clima, informando que só há cumprimento de metas se houver leis que as viabilizem.

Presente ao encontro, o presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, Jorge Viana (PT-AC), reforçou o interesse do Parlamento brasileiro em levar o tema ambiental para a pauta do Congresso.

— Estamos fazendo uma reunião no Espaço Brasil com parlamentares brasileiros que estão na COP, junto com os demais participantes, com as entidades da sociedade civil, representantes dos povos indígenas, de empresas e de governos para discutir a agenda que o Congresso brasileiro precisa cumprir para ajudar a implementar o acordo do clima e combater a mudança climática.

Orçamento menor

Para o coordenador do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, órgão vinculado à Presidência da República, Alfredo Sirkis, o país passa por um momento preocupante na área ambiental. Ele lembrou a redução orçamentária para ações no setor e o anúncio do governo de que deve beneficiar indústrias que usam combustíveis fósseis por meio de uma medida provisória.

Desafios

Em sua 23ª edição, a Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas da ONU, COP-23, mostra grandes desafios para o mundo. Nas declarações de um dos secretários-gerais das Nações Unidas, Petteri Taalas, 2017 pode ser considerado um dos anos mais quentes da história, marcado também por secas como as do Brasil e furacões nos Estados Unidos.

O Brasil, apesar de protagonista nas negociações internacionais quando o assunto é meio ambiente, traz para a COP uma redução do desmatamento de 16%, mas ainda registra altos índices de derrubada de matas nativas: mais de 6 mil quilômetros quadrados. Somando-se a isso, o país viu seu índice de poluição aumentar e as emissões de gases de efeito estufa crescerem em 9%. É o sétimo país que mais polui a camada de ozônio. E o primeiro da América Latina.

Para Viana, a diminuição do desmatamento é positiva, mas ainda há grandes desafios a serem vencidos pelo Brasil nessa área.

— Foi muito importante a gente parar um ciclo de desmatamento que vinha ocorrendo há quatro anos. Essa redução de 16% foi importante. Teve o esforço dos estados e, claro, é inaceitável que a gente tenha o crescimento do desmatamento na Amazônia brasileira. Mas os desafios do Brasil são enormes: tem redução no orçamento para combate ao desmatamento, tem redução do orçamento para dar suporte às políticas de ciência e tecnologia nas universidades. Isso é um verdadeiro desastre — afirmou.

Limitações

Também para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) é preciso recompor o orçamento do Brasil na área de preservação ambiental.

— Eu citaria a principal [causa] de todas a aprovação, no final de 2016, da emenda constitucional que limita os gastos públicos ao que foi aplicado no ano anterior apenas acrescido da inflação. Isso vai limitar muito a ação do Estado brasileiro nessa área ambiental.

Lídice da Mata (PSB-BA) ressaltou que a consciência do cidadão e os investimentos no

setor são essenciais, sobretudo na área de manejo dos recursos hídricos.

— Precisa formar uma consciência cidadã no Brasil inteiro a respeito das dificuldades dos recursos hídricos, dos limites dos recursos hídricos. Mas, acima de tudo, precisa investir na conservação dos nossos recursos hídricos. O Rio São Francisco está morrendo, com isso atinge diversas outras ba-

cias de afluentes do rio.

Os senadores Davi Alcolumbre (DEM-AP) e Kátia Abreu (PMDB-TO) também fazem parte da comitiva da COP-23.

Fiji

Este ano, a COP é presidida por Fiji, um país insular da Oceania, que corre o risco de sumir do mapa caso o nível do mar aumente com o aquecimento global.



Vanessa, Lídice, Viana e Davi (5ª à esq.) durante debate na conferência sobre mudanças climáticas

Parlamentares discutem agenda legislativa para a questão do clima

A comitiva de senadores que está participando em Bonn, na Alemanha, da 23ª Conferência do Clima da ONU (COP-23) promove amanhã, às 17h, um debate sobre a agenda legislativa brasileira vinculada ao Acordo de Paris. Integram a comitiva os senadores Jorge Viana (PT-AC), presidente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lídice da Mata (PSB-BA), Kátia Abreu (PMDB-TO) e Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Embora não tenham divulgado a pauta desse debate, Jorge Viana, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) e João Capiberibe (PSB-AP) têm falado sobre a necessidade de um papel ativo do Senado nessa questão e proposto a discussão de leis que protejam de mudanças políticas as metas de emissão de gases de efeito estufa apresentadas pelo Brasil.

Audiências

A participação dos senadores na COP-23 foi precedida de audiências públicas para ouvir ativistas ambientais e autoridades sobre o cumprimento das metas voluntárias.

O embaixador da Alemanha no Brasil, Georg Witschel, afirmou na reunião da Comissão Mista Permanente de Mudanças

Climáticas que é possível movimentar a indústria em um contexto de energia limpa.

— Quando falamos que o nosso objetivo é uma descarbonização da economia, não significa desindustrialização, mas sim modernização. Proteção climática já é um motor da economia. Na Alemanha temos agora mais emprego na *green economy*, economia verde, do que no setor automobilista.

Marrocos

Na mesma ocasião, o embaixador do Marrocos, Nabil Adghoghi, disse que o objetivo do país é atingir a marca de 52% de abastecimento com energias limpas até 2030. O ministro-consultor da embaixada da França, Gilles Pecassou, lembrou que a lei de transição energética do país prevê 75% da matriz energética limpa até 2050.

O secretário de Mudança do Clima do Ministério de Meio Ambiente, Everton Lucero, pediu mais envolvimento do governo. Ele acredita que o Brasil pode movimentar cerca de R\$ 950 bilhões na nova economia de baixo carbono.

— [É preciso] convencer mais as autoridades nacionais das áreas econômica e financeira de que esse é um tema relevante e que precisa

migrar para a centralidade das decisões econômicas e financeiras do país. Não pode mais continuar sendo considerado como uma externalidade ambiental.

Marcha Mundial

A pressão para que o Legislativo atue decisivamente em favor da melhoria do clima alcança também o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Ele recebeu, no dia 1º deste mês, representantes da Marcha Mundial do Clima, que acontece todos os anos simultaneamente em 100 países com o objetivo de chamar a atenção da população e dos governantes para a questão das mudanças climáticas. No encontro, Eunício ouviu dados alarmantes sobre as condições climáticas em nível planetário.

— Nós fizemos uma exposição da tragédia climática que ocorre no planeta. Se não cortarmos 50% da emissão de gases [de efeito estufa] em três anos, a temperatura média vai subir de 4 a 8 graus. As estimativas apontam para a morte de um bilhão de pessoas por grau. Vai ser uma tragédia — alertou Roberto Ferdinand, dirigente da marcha.

Junto com representantes de organizações da sociedade civil, a coordenação da marcha enfatizou a importância

do engajamento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para ajudar a resolver o problema.

— Esta é a prioridade número um do que ocorre no planeta. Eu o convidei [Eunício] para ir à COP-23 em Bonn, na Alemanha, como presidente do Congresso. Ele disse que vai ver a agenda e que sabe a importância de eventos como este.

A Marcha Mundial do Clima ocorre na mesma semana da COP-23, em Bonn, na Alemanha, entre 6 e 17 de novembro. Neste ano, a conferência irá discutir, entre outros temas, a importância da matriz energética global para a proteção do meio ambiente.

Acordo de Paris

Assinado em 2016, o Acordo de Paris é um compromisso mundial para manter o aumento da temperatura média global abaixo dos 2 °C. A meta brasileira é reduzir 37% das emissões de gases de efeito estufa até 2025, em comparação a 2005, e 43% até 2030.

Os desafios enfrentados pelo Brasil para cumprir o acordo são o tema de reportagem especial da sessão “Em Discussão!”, publicado no Portal de Notícias do Senado.

“Em Discussão!” sobre o acordo: <http://bit.ly/EmDiscussaoClima>